

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Nº do Termo aditivo: 1º
Nº do Contrato: 008/2014-MP/PA
Objeto do Contrato: Prestação de serviços de locação de veículos com motorista para o polo Santarém.
Valor do Contrato Original: R\$ 160.364,52 (global).
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 037/2013-MP/PA.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa RECHE GALDEANO & CIA LTDA.
Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência.
Valor do Aditamento: -.
Data de Assinatura: 04/02/2015.
Vigência do Aditamento: 05/02/2015 a 04/02/2016.
Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1297.4534.
Elemento de despesa: 3390-33 / 3390-37.
Fonte de Recurso: 0101.
Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.
Aditivos Anteriores: -

Protocolo 796410

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 009/2015-MP/PA, que tem como objeto o registro de preços para aquisição de água mineral, para atender as necessidades do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.
- À vista da habilitação, foi declarada vencedora a empresa com o seguinte valor:
GRUPO 01 - GEMA GEOLOGIA E MINERACAO MONT´ALVERNE LTDA - EPP - CNPJ: 14.101.232/0001-40 - Valor Global de R\$ 48.376,00;
Valor total do certame: R\$ 48.376,00.
Belém (PA), 12 de fevereiro de 2015.
Rubens Fernandes Rocha
Pregoeiro

Protocolo 796822

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA N.º 225/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do expediente protocolizado sob nº 19089/2014, em 14/5/2014, RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO, o item II da PORTARIA Nº 6566/2014-MP/PGJ, de 7/10/2014, publicada no D.O.E. em 14/10/2014.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ,Belém 23 de janeiro de 2015
MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 648/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 6874/2014-MP/PGJ, de 21/10/2014, publicada no D.O.E. de 12/01/2015, que concedeu 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias ao servidor ED FERNANDO BARROS, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 43379/2014, nos termos do art. 145, caput e parágrafos, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital ao município de Santarém, no período de 8 a 12/12/2014, a fim de implantar o Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP na Promotoria de Justiça daquele município.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 9 de fevereiro de 2015.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 649/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 6875/2014-MP/PGJ, de 21/10/2014, publicada no D.O.E. de 20/11/2014, que concedeu 3 e 1/2 (três e meia) diárias ao servidor ED FERNANDO BARROS, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 43424/2014, nos termos do art. 145, caput e parágrafos, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, em virtude de haver sido autorizado seu

deslocamento desta Capital ao município de Altamira, no período de 28 a 31/10/2014, a fim de implantar o Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 9 de fevereiro de 2015.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 678/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 8006/2014-MP/PGJ, de 12/12/2014, publicada no D.O.E. de 9/2/2015, que concedeu 4 e 1/2 (quatro e meia) diárias ao 3º Sargento PM VANER SILVIO MIRANDA DOS SANTOS, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 50056/2014, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento desta Capital ao município de Ulianópolis, no período de 15 a 19/12/2014, a fim de realizar a segurança pessoal da Promotora de Justiça Maria Claudia Vitorino Gadelha.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRAS-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 10 de fevereiro de 2015.
MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 796486

Promoção de arquivamento do Inquérito Civil n. 001394-116/2013-MP/PJ/DPP/MA
O 3º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém torna público que promoveu o arquivamento do Inquérito Civil n. 001394-116/2013-MP/PJ/DPP/MA (193/2011) e, com fundamento no art. 23, §§1º e 2º, da Resolução n. 010/2011-CPJ, de 30/06/2011, vem cientificar, por este meio, o (a) interessado (a) VYCTOR FONTES DE SOUZA, para, querendo, manifestar oposição à solução ora adotada, o que deverá ser feito junto ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará até a respectiva sessão de julgamento da promoção de arquivamento do referido procedimento.
Interessado (a): VYCTOR FONTES DE SOUZA.
Assunto: Cientificação do (a) interessado (a) acerca da promoção de arquivamento do Inquérito Civil n. 001394-116/2013-MP/PJ/DPP/MA (193/2011).
Domingos Sávio Alves de Campos - Promotor de Justiça

Protocolo 796372

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL
PROCEDIMENTO Nº 160/08 - PJTFEIS
PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2007
ATO Nº 012/2015 - PJTFEIS
Ato de Aprovação das Contas
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA as contas apresentadas pela FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS, referentes ao exercício financeiro de 2007, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.
E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 27 de janeiro de 2015.
SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
Protocolo 796499

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL
PROCEDIMENTO Nº 055/09 - PJTFEIS
PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2008
ATO Nº 013/2015 - PJTFEIS
Ato de Aprovação das Contas
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA as contas apresentadas pela FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS,

referentes ao exercício financeiro de 2008, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.
E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 27 de janeiro de 2015.
SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
Protocolo 796520

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL
PROCEDIMENTO Nº 160/10 - PJTFEIS
PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2009
ATO Nº 014/2015 - PJTFEIS
Ato de Aprovação das Contas
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA as contas apresentadas pela FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS, referentes ao exercício financeiro de 2009, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.
E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 27 de janeiro de 2015.
SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
Protocolo 796562

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL
PROCEDIMENTO Nº 098/11 - PJTFEIS
PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2010
ATO Nº 015/2015 - PJTFEIS

Ato de Aprovação das Contas
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA as contas apresentadas pela FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS, referentes ao exercício financeiro de 2010, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.
E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 27 de janeiro de 2015.
SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
Protocolo 796572

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL
PROCEDIMENTO Nº 503/2012 - PJTFEIS
PROCEDÊNCIA: FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011
ATO Nº 016/2015 - PJTFEIS
ATO DE APROVAÇÃO DAS CONTAS
O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este ATO, APROVA as contas apresentadas pela FUNDAÇÃO ALVES FONTES GONÇALVES E SENA - FUNAFGS, referentes ao exercício financeiro de 2011, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.
E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ATO publicado.

Belém, 27 de janeiro de 2015.
SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO
Promotor de Justiça de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
Protocolo 796573

PORTARIA N.º 0283/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;